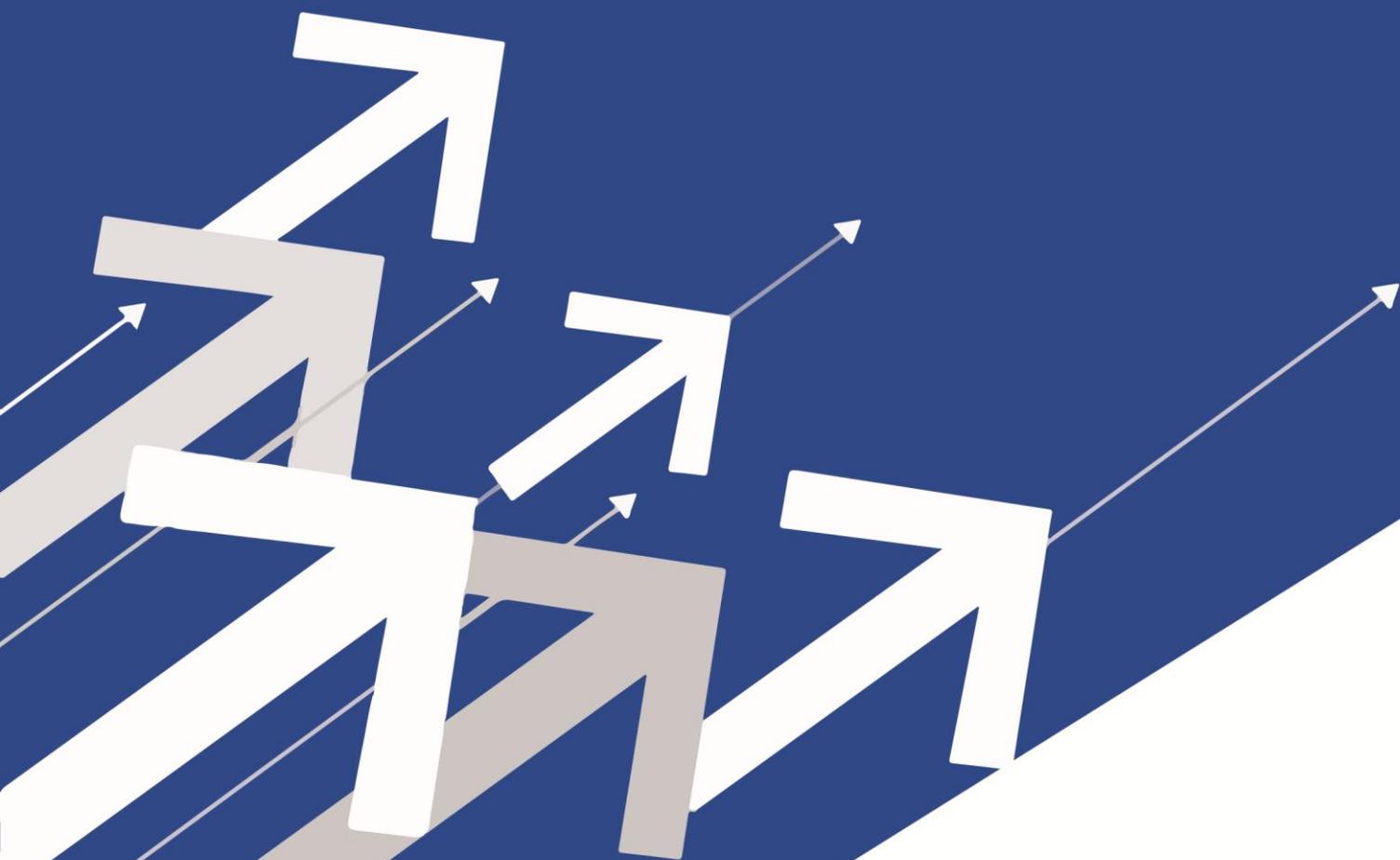


DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
e Relatório dos Auditores Independentes



Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações Financeiras Padronizadas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Sumário

Balanços Patrimoniais - BP	3 e 4
Demonstrações dos Resultados dos Exercícios - DRE	5
Demonstrações dos Resultados Abrangentes - DRA	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa - DFC	8
Demonstrações dos Valores Adicionados - DVA	9
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	10 à 43
Parecer do Conselho Fiscal	44
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	45
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	46
Membros do Conselho de Administração	47
Relatório dos Auditores Independentes	48 à 55

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações Financeiras Padronizadas
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Balancos Patrimoniais - BP

Ativo	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	629.494	373.901
Contas a receber de clientes	6	280.066	233.103
Estoques	7	227.242	209.693
Impostos a recuperar		53.484	44.352
Despesas antecipadas		4.807	3.340
Adiantamento a fornecedores	8	37.045	27.862
Outras contas a receber		11.305	-
Total do ativo circulante		1.243.442	892.251
Não circulante			
Depósitos judiciais		460.330	383.132
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.1	55.614	-
		515.944	383.132
Investimentos	9	25.434	98.911
Imobilizado	11	32.078.214	29.782.896
Intangível	12	96.396	81.535
Diferido	13	23.190	30.378
		32.223.234	29.993.720
Total do ativo não circulante		32.739.178	30.376.852
Total do ativo		33.982.620	31.269.103

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações Financeiras Padronizadas
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Balancos Patrimoniais - BP

Passivo	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
Circulante			
Fornecedores	15	731.588	827.026
Empréstimos e financiamentos		7.500	-
Impostos e contribuições a recolher	16	127.249	101.765
Remunerações e encargos a pagar		547.763	347.351
Adiantamento de clientes		317.003	266.190
Convênios e Contratos	20	208.813	249.227
Total do passivo circulante		1.939.916	1.791.559
Não circulante			
Provisão para contingências	19	645.914	571.344
Provisão para passivos atuariais		257.611	127.087
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	17.537
Convênios e Contratos	20	422.502	490.443
Adiantamento de clientes		964	1.607
Total do passivo não circulante		1.326.991	1.208.018
Patrimônio líquido			
Capital social	21	36.461.066	33.592.881
Ajustes de avaliação patrimonial	21.3	(107.957)	4.960
Prejuízos acumulados		(5.637.398)	(5.328.315)
Total do patrimônio líquido		30.715.712	28.269.526
Total do passivo		33.982.620	31.269.103

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações Financeiras Padronizadas
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Demonstrações dos Resultados dos Exercícios - DRE

	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
Receita Operacional Líquida	23	2.633.839	2.518.328
Custo dos serviços prestados	24	(2.233.628)	(2.099.014)
Lucro bruto		400.211	419.314
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	24	(786.175)	(731.637)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	42.413	52.012
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(343.550)	(260.311)
Resultado financeiro	25		
Receitas financeiras		47.848	71.878
Despesas financeiras		(30.918)	(21.290)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(326.620)	(209.723)
Imposto de renda e contribuição social	17		
Correntes		-	(3.456)
Diferidos		17.538	-
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		(309.083)	(213.179)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício por ação			
Básico e Diluído - ON		(0,00961)	(0,00729)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações Financeiras Padronizadas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Demonstrações dos Resultados Abrangentes - DRA

	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		(309.083)	(213.179)
Outros resultados abrangentes		(112.916)	(22.258)
Valor justo sobre investimentos		(38.006)	24.923
(Perda) Ganho atuarial	18.3	(130.524)	(38.708)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.1	55.614	(8.473)
Total do resultado abrangente		(421.999)	(235.437)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações Financeiras Padronizadas
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Demonstrações das Mutações dos Patrimônios Líquidos – DMPL

	Nota explicativa	Capital social subscrito	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015		31.769.613	-	27.218	(5.115.135)	26.681.696
Resultado abrangente total:						
Lucro (prejuízo) do exercício		-	-	-	(213.179)	(213.179)
Valor justo sobre investimentos		-	-	24.923	-	24.923
(Perda) Ganho atuarial		-	-	(38.708)	-	(38.708)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(8.473)	-	(8.473)
Transações de capital com os sócios:						
Integralização de capital em caixa		1.823.268	-	-	-	1.823.268
Saldos em 31 de dezembro de 2016		33.592.881	-	4.960	(5.328.315)	28.269.526
Resultado abrangente total:						
Lucro (prejuízo) do exercício		-	-	-	(309.083)	(309.083)
Valor justo sobre investimentos		-	-	(38.006)	-	(38.006)
(Perda) Ganho atuarial		-	-	(130.524)	-	(130.524)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	55.614	-	55.614
Transações de capital com os sócios:						
Integralização de capital em caixa		2.605.931	-	-	-	2.605.931
Integralização de capital em bens		262.254	-	-	-	262.254
Saldos em 31 de dezembro de 2017	21	36.461.066	-	(107.957)	(5.637.398)	30.715.712

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações Financeiras Padronizadas
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Demonstrações dos Fluxos de Caixa – DFC

	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		(309.083)	(213.179)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa		319.719	240.888
Depreciação e amortização	24	314.732	287.307
Resultado na venda de ativos imobilizados		(7)	
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis		32	387
Outras provisões		(53.015)	(56.445)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.1	(17.538)	3.456
Juros sobre passivo atuarial	18	27.814	14.853
Provisão/(reversão) para contingências, líquida		72.849	55.632
Provisão de créditos de liquidação duvidosa, líquida		37.308	32.342
Perdas realizadas no contas a receber e estoques		3.904	4.559
Outros impostos e contribuições	16	272.839	302.494
Provisão para Programa de Demissão Voluntária (PDV), líquida		90.765	52.452
Pagamento de outros impostos e contribuições		(385.661)	(382.775)
Liquidação com ações judiciais		(44.303)	(73.374)
Variação nos ativos e passivos		31.417	300.104
Contas a receber	6	(58.269)	(14.936)
Estoques	7	(17.550)	536
Impostos a recuperar		(64.745)	(25.399)
Depósitos judiciais		(77.198)	(62.706)
Despesas antecipadas		(1.467)	(1.496)
(Aumento)/redução em outros ativos circulantes e não circulantes		(9.183)	(3.199)
Fornecedores	15	(95.438)	9.232
Remunerações e encargos a pagar	10	200.411	56.049
Impostos e contribuições a recolher		25.484	46.979
Adiantamento de clientes		50.170	(643)
Convênios e Contratos	20	(108.355)	199.043
Aumento/(redução) em outros passivos circulantes e não circulantes		187.557	96.644
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		42.053	327.813
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações em Investimentos		-	-
Aquisição de imobilizado	11	(2.374.235)	(2.422.568)
Adiantamento para aquisição de imobilizado		1.386	-
Aquisição de intangível	12	(27.042)	(34.139)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(2.399.891)	(2.456.707)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Integralização de capital	21.2	2.605.931	1.823.268
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-
Empréstimos e financiamentos		7.500	-
Dividendos pagos ao acionista controlador		-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		2.613.431	1.823.268
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	5	255.593	(305.626)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		373.901	679.527
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		629.494	373.901
Demonstração de aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		255.593	(305.626)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações Financeiras Padronizadas
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Demonstrações dos Valores Adicionados - DVA

	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
Receitas			
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	23	2.747.056	2.633.117
Outras (despesas) receitas, líquidas		(380)	(363)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa, líquida	6	(37.308)	(32.342)
		<u>2.709.368</u>	<u>2.600.412</u>
Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais consumidos		(57.033)	(50.717)
Outros produtos e serviços vendidos		(36.625)	(40.206)
Energia, serviços de terceiros e outros		(632.070)	(600.445)
Perda na realização de ativos		(3.904)	(4.632)
		<u>(729.633)</u>	<u>(696.000)</u>
Valor adicionado bruto		1.979.736	1.904.412
Depreciação e amortização	24	(314.732)	(287.307)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		<u>1.665.004</u>	<u>1.617.105</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Juros, lucros e dividendos sobre ações		18.974	1.715
Receitas financeiras	25	48.125	69.834
		<u>67.099</u>	<u>71.549</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>1.732.103</u>	<u>1.688.654</u>
Empregados			
Remuneração e encargos sociais		1.695.480	1.612.295
Honorário da diretoria e conselhos		2.024	2.044
Programa de Participação nos Resultados		65.859	61.203
Plano de aposentadoria e pensão		45.480	43.052
		<u>1.808.844</u>	<u>1.718.594</u>
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		188.342	160.913
Estaduais		106	219
Municipais		10.053	17.976
		<u>198.501</u>	<u>179.108</u>
Remuneração de capitais de terceiros			
Despesas financeiras	25	30.916	898
Aluguéis		2.925	3.233
		<u>33.841</u>	<u>4.131</u>
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	22.2	-	-
Lucro (prejuízo) do exercício		(309.083)	(213.179)
		<u>(309.083)</u>	<u>(213.179)</u>
Valor adicionado total distribuído		<u>1.732.103</u>	<u>1.688.654</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1 A Companhia e Suas Operações

A Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô, a seguir designada como “Companhia” ou “Metrô”, é uma sociedade anônima de economia mista com sede social em São Paulo – SP, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de São Paulo - GESP, o qual detém 96,82% das ações ordinárias do seu capital social.

A Companhia tem por objeto social essencialmente o planejamento de redes metroviárias e de transportes para a Região Metropolitana de São Paulo; a construção e implementação de novos empreendimentos metroviários, incluindo novas estações, trechos de linhas, sistemas de sinalização e frotas de trens; a exploração comercial dos espaços e ativos metroviários a fim de gerar negócios adjacentes, e por fim a operação comercial de prestação de serviço de transporte metroviário de passageiros.

O Metro possui atualmente 5 (cinco) linhas comerciais em operação na Região Metropolitana de São Paulo, sendo a Linha 1 – Azul (Tucuruvi - Jabaquara), Linha 2 – Verde (Vila Madalena – Vila Prudente), Linha 3 – Vermelha (Itaquera – Barra Funda), Linha 5 – Lilás (Capão Redondo - Brooklin) e Linha 15 – Prata (Vila Prudente – Oratório). Estas linhas, conjuntamente, cobrem 71,5 quilômetros em extensão e movimentam cerca de 1.095 milhões de passageiros por ano. Estão ainda em construção, para futura operação, a extensão da Linhas 15 – Prata (trecho Oratório – Hospital Cidade Tiradentes) e Linha 17 – Ouro (Jabaquara – São Paulo Morumbi), respectivamente relativas a sistema de transporte em mon trilhos, e as extensões da Linha 5 – Lilás (trecho Brooklin – Chácara Klabin), e Linha 4 – Amarela (Vila Sônia – Luz).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de março de 2018.

1.1 Principais eventos em 2018 e 2017

a) Contexto operacional

i) Ressarcimento de Gratuidades e Apoio a Linha 4 - Amarela

No decorrer de 2017, o Governo do Estado de São Paulo – GESP aportou recursos financeiros, por meio da Lei nº 16.347 de 29/12/2016, bem como pelo Decreto nº 62.413 de 06/01/2017, no montante de R\$ 158.900 como apoio à Parceria Público-Privada (PPP) – Linha 4 – Amarela, a fim de cobrir os montantes de perdas financeiras devido ao impacto desta linha no sistema de arrecadação, e R\$ 640.010 à título de ressarcimento de gratuidades oferecidas através de programas de políticas públicas.

ii) Liberação de Recursos Orçamentários – Ciclo 2018

Em 21 de dezembro de 2017 foi aprovada o Decreto nº. 63.085, para liberação de R\$ 2.524.775 para investimentos, R\$ 177.720 do apoio a PPP –Linha 4 –Amarela e R\$ 717.189 a título de ressarcimento de gratuidades, conforme publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo. Este homologado em 11 de Janeiro de 2018 através da Lei Orçamentária Anual – LOA 2018 (Lei nº 11.646).

iii) Novas Estações da Linha 5 - Lilás

Em 27 de novembro de 2017, foram inauguradas simultaneamente as estações Alto da Boa Vista, Borba Gato e Brooklin, da Linha 5 – Lilás. Com as novas estações em funcionamento a expectativa é de um aumento médio na demanda de novos usuários por dia útil de 15 mil passageiros.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



iv) Novos Trens para a Linha 5 – Lilás e 15 - Prata

Em novembro de 2017, foi concluída a entrega ao Metrô de 53 novos trens para a operação comercial, dos quais 19 encontram-se em operação e 34 em fase final de testes e comissionamento. Da nova frota, 27 trens serão destinados ao atendimento da Linha 15 – Prata e 26 à Linha 5 – Lilás.

v) Trens Reformados e Modernizados para as Linhas 1 – Azul e 3 - Vermelha

Durante o ano de 2017, foram liberados para operação comercial mais 12 trens modernizados, para as Linhas 1 – Azul e 3 – Vermelha. A continuidade do processo de modernização dos 98 trens das frotas das Linhas 1 – Azul e 3 – Vermelha possibilitará a atualização tecnológica dos equipamentos e a melhoria do conforto para os usuários. O projeto chega ao final de 2017 com um total de 92 trens já modernizados.

vi) Trens Reformados e Modernizados para as Linhas 1 – Azul e 3 - Vermelha

Em 31 de dezembro de 2016, haviam sido entregues ao Metrô 8 trens modernizados, totalizando 80 trens, sendo que 74 destes já foram liberados para a operação comercial.

b) Contexto societário

i) Aporte de Capital pelo Acionista Controlador

Em 31 de dezembro de 2017 foi concluído ciclo de aportes de capital em moeda de 2017 pelo GESP, sendo subscritos e integralizados R\$ 2.605.931.

ii) Operação com o Governo do Estado de São Paulo – Aporte de Trens

Em 11 de dezembro de 2017, foram subscritos e integralizados no capital R\$ 262.253, correspondentes a 271.112.327 ações, referentes a incorporação dos 17 trens e sobressalentes adquiridos pelo GESP por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM e em utilização pela Companhia.

iii) Aporte de Capital pelo Acionista Controlador

Em 31 de dezembro de 2016 foi concluído ciclo de aportes de capital em moeda de 2016 pelo GESP, sendo subscritos e integralizados R\$ 1.823.262.

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras apresentadas (de forma unificada uma vez que é composta por apenas uma entidade jurídica, logo não há diferenciação entre demonstrações individuais e consolidadas), foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros disponíveis para venda e instrumentos financeiros ativos e passivos, que são mensurados ao seu valor justo.

2.2 Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado – DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/2008. As IFRS não requerem a apresentação desta, portanto, são consideradas como informação adicional.

2.3 Moeda funcional

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R\$).

2.4 Reclassificações

Alguns montantes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram reclassificados para melhor comparabilidade com o exercício atual. Tais reclassificações não foram consideradas materiais e não afetaram o resultado e o patrimônio líquido da Companhia.

i) na Demonstração de Resultado do Exercício, o montante de R\$ 41.670 apresentado como Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB na rubrica de gastos gerais pertencente ao grupo de custos e despesas operacionais foi reclassificado para o grupo de deduções da receita bruta, na rubrica de impostos sobre a receita bruta.

ii) no Balanço Patrimonial, o montante de R\$ 208.615 apresentado como estoques para reparos e manutenção demonstrado no rubrica de imobilizado foi reclassificado para o grupo de estoques no ativo circulante.

iii) no Balanço Patrimonial, o montante de R\$ 186.662 apresentado, como contribuições sociais sobre a folha de pagamento, na rubrica de impostos e contribuições a recolher foi reclassificado para a rubrica de remunerações e encargos a pagar, ambos no passivo circulante.

iv) no Balanço Patrimonial, o montante de R\$ 267.608 apresentado como créditos em poder do usuário dos Bilhetes Único e Bom na rubrica convênios e contratos foi reclassificado para a rubrica de adiantamento de clientes, ambos no passivo circulante.

v) na Demonstração do Resultado do Exercício, o montante de R\$ 14.853 apresentado como despesa de juros atuariais, na rubrica de gastos gerais pertencente ao grupo de despesas operacionais foi reclassificado para o grupo de despesas financeiras, na rubrica de juros atuariais.

3 Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas pelo Metrô na elaboração destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir, as quais foram aplicadas de forma consistente a todos os exercícios apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa perfazem todos os saldos mantidos em caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimento original inferior ou igual a 90 dias a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no seu valor.

3.2 Ativos e passivos financeiros

a) Contexto geral

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria “ao valor justo por meio do resultado”, onde tais custos são diretamente lançados na rubrica de resultados financeiros. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos e passivos financeiros poderão ser compensados e o valor líquido residual, se houver, reportado no balanço patrimonial na posição final de direito ou obrigação.

b) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros entre as categorias custo amortizado ou valor justo por meio do resultado a depender do propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos.

i) Ativos financeiros não derivativos e recebíveis

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na rubrica de receitas ou despesas financeiras. Compõem este grupo “Caixa e equivalentes de caixa”; “Contas a receber” e “Adiantamentos”.

A Companhia mantém ativos financeiros que são classificados na categoria de investimentos mantidos para venda e, portanto, são mensurados pelo valor justo, porém como são mantidos a longo prazo e não há interesse por parte da Administração na negociação destes títulos, a Companhia classifica os ajustes de valor justo sendo alocados em outros resultados abrangentes, na rubrica de ajuste de valor patrimonial. Somente quando da sua eventual alienação que o efeito do valor justo acumulado é trazido para o resultado do período.

c) Passivos financeiros

A Companhia classifica seus passivos financeiros entre as categorias custo amortizado ou valor justo por meio do resultado a depender do propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos.

i) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido de quaisquer custos de transação atribuíveis, e, subsequentemente, apresentados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

3.3 Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal reconhecidos no momento de geração da receita com base na utilização dos serviços de transporte de passageiros ou no momento do reconhecimento da venda de terrenos, locações de espaços, ressarcimento de montantes junto ao Governo do Estado de São Paulo – GESP ou advindos de outras operações comerciais adjacentes à operação de transporte.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração de forma a fazer frente a eventuais perdas. A análise é construída com base em dados objetivos do “contas a receber” e na série histórica de recebimentos, das quais são abatidas garantias reais existentes, desta forma não se espera perdas adicionais substanciais.

3.4 Estoques

Os estoques de materiais destinados ao consumo e a manutenção dos sistemas metroviários são demonstrados pelo menor valor médio entre o custo médio de aquisição e o seu valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

Os saldos dos estoques são apresentados líquidos de provisões para perdas constituídas para cobrir eventuais perdas prováveis identificadas ou estimadas pela Administração.

3.5 Investimentos

Investimentos correspondem a instrumentos patrimoniais adquiridos pela Companhia de outras empresas de Mercado e classificados na categoria de investimentos mantidos para venda, avaliados ao valor justo contra outros resultados abrangentes.

3.6 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e das perdas prováveis para redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas, quando incorridas. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e seu custo possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada (exceto terrenos).

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia realizou a revisão da vida útil desses ativos com base no uso e na estimativa de uso dos ativos e não identificou necessidade de alteração da vida útil econômica utilizada.

Os ganhos e perdas oriundos de alienações são determinados pela diferença entre o valor da venda e o saldo residual contábil são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, na demonstração de resultados.

3.7 Intangível

Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição ou construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária e a partir do momento que esse ativo entra em operação.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo.

i) Ativo intangível com vida útil definida

Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização baseados nestas vidas úteis e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando incorridas.

a) *Softwares* (Licenças de uso e desenvolvimento) - A Companhia possui *softwares*, licenças adquiridas e desenvolvimento de sistemas, os quais são amortizados com vida útil média de 5 anos, conforme avaliação realizada junto aos fabricantes dos mesmos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas, conforme incorridos.

3.8 Avaliação do valor de recuperação dos ativos imobilizados e intangível - *impairment*

Os bens do ativo imobilizado e intangível, os quais com vida útil definida, são revisados anualmente com a finalidade de identificar evidências de não recuperação do seu valor contábil, ou ainda, sempre que alterações materiais no ciclo normal dos negócios indicarem probabilidade de perdas.

Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa operacionais à Companhia de forma independente, ou seja, sem a intervenção de outros ativos para esta finalidade (Unidade Geradora de Caixa – UGC).

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

A Companhia não tem como objetivo central a maximização constante de lucro operacional e, adicionalmente, tem sua política de preços associada as políticas públicas de tarifa de transporte público, desta forma a metodologia aplicada para os testes de *impairment* não se baseiam em valor recuperável pelo cálculo do fluxo de caixa descontado e sim por comparação dos seus ativos à ativos similares em bases equivalentes de Mercado na data de preparação das demonstrações financeiras.

Quando perdas são reconhecidas, as mesmas podem ser revertidas em exercícios futuros, exceto com relação à redução no valor de *ágio* (*goodwill*), se houver.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia realizou o teste de avaliação do valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis e não encontrou indícios de *impairment* a serem registrados como perdas.

3.9 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, representado pelo valor da fatura ou nota fiscal e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.10 Provisões, ativos e passivos contingentes

Constitui-se uma provisão em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos contingentes são registrados somente quando decisões judiciais favoráveis à Companhia foram transitadas em julgado e cujo montante possa ser mensurado com segurança.

Passivos contingentes atrelados a ações judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária são reconhecidos observando os seguintes critérios: i) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda remota, não são provisionados e nem divulgados; ii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda possível, não é constituída provisão, porém, são divulgadas nas notas explicativas; e iii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda provável, é constituída provisão em montante considerado pela Administração e seus assessores jurídicos suficiente para cobrir os desembolsos de caixa futuros. Perante decisão judicial preliminar a Companhia poderá realizar depósitos judiciais que compõem parte do pleito no polo passivo a qual está sujeita, os quais são deduzidos do total de contingências previstas na ação em andamento e são apresentadas em nota explicativa.

3.11 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) – corrente e diferido

O Imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em bases corrente e diferida. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias, vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras no Brasil, onde a Companhia atua, e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

i) Imposto de renda e contribuição social corrente

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado corrente, a Companhia adotou e aplicou as disposições contidas na Lei nº 12.973/14 a partir do exercício de 2015. A referida lei revogou o Regime Tributário de Transição (RTT).

O Imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

ii) Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não reconheceu o Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos ou diferenças temporárias sobre o resultado, uma vez que não estima projeção de lucros tributáveis futuros.

3.12 Remuneração e encargos sociais

Os salários mensais, provisões para férias, provisão de 13º salário e os demais pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais devidos, são apropriados pelo regime de competência.

3.13 Benefícios à empregados

A Companhia estrutura seus benefícios correntes aos empregados e os reconhece pelo regime de competência. Ademais planos de benefícios diferenciados aplicados.

i) Programa de Participação nos Resultados – PPR

A Companhia possui programa de participação nos resultados baseado em metas a serem atingidas corporativamente, nos quais os valores são estimados com base nos montantes desenhados pelo programa para cada faixa profissional e provisionados no ano corrente pelo regime de competência com base na estimativa de montantes pagos no ano anterior.

ii) Benefícios de demissão – PDV

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui ativo Plano de Demissão Voluntária – PDV para inscrições de empregados interessados até o encerramento do exercício. A estrutura do plano prevê benefício adicional de assistência médico-hospitalar por um período determinado de até 4 anos, dependendo do tempo de trabalho do empregado na Companhia, e um adicional de aviso prévio indenizado de 5 dias por ano trabalhado.

Os montantes previstos para fazer frente a este programa de reestruturação foram provisionados em 31 de dezembro de 2017.

3.14 Benefícios à empregados (pós emprego)

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria definidos são provisionados com base em cálculo atuarial ao final de cada exercício, efetuado por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

As premissas atuariais incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos empregados.

i) Plano I - Benefício definido

A Companhia faz contribuição, em bases contratuais, ao plano de benefício previdenciário por ela patrocinado, na modalidade benefício definido, administrado pelo Metrus – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar. As contribuições regulares compreendem os dispêndios líquidos do custeio administrativo e são registradas no resultado do período em que são devidas.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final. Mudanças na obrigação de benefício definido líquido são reconhecidas quando incorridas da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício, em despesas operacionais e despesas financeiras, respectivamente e ii) mensurações referentes a ganhos ou perdas atuariais, em outros resultados abrangentes, diretamente no patrimônio líquido.

Este plano está fechado para novas adesões na Companhia.

ii) Plano II - Contribuição definida

A Companhia também contribui para planos de contribuição definida, por ela patrocinado, administrados pelo Metrus – Instituto de Seguridade Social, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

3.15 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

3.16 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo órgão governamental concedente e de que serão auferidas. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do período de fruição do benefício e, posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

3.17 Receita operacional

A receita operacional da Companhia compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal dos negócios, reconhecida na demonstração de resultados pela efetiva prestação dos serviços de transporte de passageiros e outros serviços adjacentes.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos e é reconhecida quando seu montante pode ser mensurado com segurança, e é provável que benefícios econômicos fluam para a entidade.

i) Receita tarifária

A Companhia presta serviços de transporte metroviário, sendo as respectivas receitas reconhecidas no momento da utilização do serviço pelo usuário.

ii) Receita não tarifária

A Companhia presta serviços adjacentes ao transporte metroviário, tais como arrendamentos, locação e ações de publicidade nos espaços metroviários. As receitas estão baseadas em contratos assinados e são reconhecidas pelo regime de competência.

iii) Receita com gratuidades

A Companhia presta serviços de transporte metroviário de forma gratuita atendendo a dispositivos da política pública de transporte de passageiros implementada na Região Metropolitana de São Paulo, os quais são reconhecidas pela utilização e por conta disso mensalmente o GESP reembolsa a Companhia sobre esses montantes reconhecidos.

3.18 Transações com partes relacionadas

Para realização de operações e negócios com partes relacionadas é determinado que se observe os preços e condições usuais de mercado para estas transações, bem como as práticas de

governança corporativa adotadas pela Companhia e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação.

3.19 Estimativas e julgamentos contábeis relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As informações sobre julgamentos e premissas utilizadas na aplicação das políticas e práticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material estão apresentados a seguir:

i) Mensuração do valor justo

A Companhia seleciona métodos e utiliza julgamentos nas premissas que aplica na determinação do valor justo. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis no Mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação.

Alterações significativas nas premissas utilizadas podem afetar a posição patrimonial da Companhia.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos materiais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- a) Nota explicativa 9 – Investimentos;
- b) Nota explicativa 18 – Passivos atuariais;

ii) Vida útil e valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis

A vida útil dos ativos imobilizados relevantes foi definida por peritos independentes e nas especificações dos fabricantes sistemas e frota de trens, na experiência e laudos de engenharia internos quando referente aos empreendimentos de construção metroviário – estações e túneis, no nível de operação das linhas e frota de trens e na qualidade da manutenção preventiva e corretiva. Os ativos intangíveis de vida útil definida são embasados em laudos de avaliadores independentes ou apontamento dos fabricantes. Todos estes materiais envolvem alto grau de julgamento e incertezas.

iii) Passivos contingentes

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias decorrentes do curso normal de seus negócios, cujas estimativas para determinar os montantes das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Administração, com base em pareceres de seus assessores jurídicos, sobre os quais são exercidos julgamentos por parte destes assessores para avaliação.

iv) Passivo atuarial

A Companhia tem compromissos atuariais de benefícios pós-emprego referentes à planos de aposentadoria e pensão. Tais compromissos e custos têm dependência de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as quais as mais relevantes são: taxas de desconto, inflação de longo prazo, variação de custos de serviços, e variabilidade na tabela atuarial aplicada, as quais implicam certo grau de julgamento para com as premissas adotadas.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Essas e outras estimativas são revisadas anualmente por peritos independentes e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas.

3.20 Novas normas e interpretações que ainda não estão em vigor

Foram emitidas e aprovadas as seguintes normas contábeis pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia não as adotou de forma antecipada para a preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Norma	Descrição / Exigências	Impactos
IFRS 15 – “Receitas de Contrato com Clientes” (CPC – 47)	Estabelece novos princípios para o reconhecimento, mensuração e divulgação de receitas com clientes. Os requerimentos do IFRS 15 estipulam que a receita seja reconhecida quando o cliente obtém controle sobre as mercadorias ou serviços prestados, o que altera o modelo atual que se baseia na transferência de riscos e benefícios. Adicionalmente a receita deve ser reconhecida mediante o cumprimento de obrigações de performance. A nova norma é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.	A Companhia avaliou os efeitos da adoção da nova norma em suas demonstrações financeiras e não identificou alterações que tragam impactos relevantes para a sua aplicação.
IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros” (CPC – 48)	Estabelece um novo modelo para classificação de ativos financeiros, baseado nas características dos fluxos de caixa e no modelo de negócios usado para gerir o ativo. Altera os princípios para reconhecimento de redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>) de ativos financeiros de perdas incorridas para um modelo baseado nas perdas esperadas. Estabelece novos requisitos relacionados à contabilidade de hedge. A nova norma é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.	A Companhia avaliou os efeitos da adoção da nova norma em suas demonstrações financeiras e não identificou alterações que tragam impactos relevantes para a sua aplicação.
IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil”	Estabelece que arrendamentos financeiros e operacionais passam a ter o mesmo tratamento contábil, ficando de fora do escopo dessa nova norma apenas contratos de até 12 meses ou de pequenos montantes. Determina assim que os arrendatários passam a ter que reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros e em seu ativo o direito de uso/imobilizado do bem arrendado. De forma a reconhecer em resultado apenas despesas com depreciação ou amortização e não mais despesas de arrendamento. A nova norma é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.	A Companhia continua avaliando os efeitos da adoção da nova norma em suas demonstrações financeiras.

4 Instrumentos Financeiros e Fatores de Riscos

4.1 Gestão de riscos financeiros

a) Contexto geral

A Administração da Companhia está voltada para a sustentabilidade do equilíbrio econômico-financeiro da mesma no curso normal dos seus negócios ao longo do tempo. Neste sentido as atividades do Metrô o expõem a diversos fatores de riscos externos de mercado, relacionados a oscilação de preços tarifários, variações cambiais na ponta compradora, riscos de taxa de juros e de outros índices macroeconômicos, riscos de preços, riscos de crédito e riscos de liquidez, os quais introduzem certo grau de incerteza sobre a geração sustentável de caixa e resultados da Companhia. Para gerenciar esta volatilidade, de forma que não distorça ou prejudique o crescimento consistente da Companhia no médio e longo prazo, o Metrô dispõe de políticas e procedimentos para a gestão de riscos financeiros.

O processo de gestão de riscos de mercado compreende as seguintes etapas sequenciais e recursivas: i) identificação dos fatores de riscos e da exposição do valor dos ativos, fluxo de caixa e resultado da Companhia aos riscos de mercado; ii) mensuração e comunicação dos valores em risco; iii) avaliação e definição de estratégias para o gerenciamento dos riscos de mercado; e iv) implementação e acompanhamento da performance das estratégias.

Os principais fatores de riscos financeiros considerados pela Administração são:

- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Risco de taxas de câmbio;
- Risco de taxas de juros;
- Risco de preços tarifários;

b) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

A Companhia reconhece todos os passivos financeiros inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros que compreendem fornecedores, tributos e outras obrigações a pagar. Estes passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento, eles são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A classificação dos instrumentos financeiros da Companhia é apresentada a seguir.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Ativo			
Valor justo			
Caixa e equivalentes de caixa	5	629.494	373.901
Investimentos ^(a)	9	20.320	93.798
Empréstimos e recebíveis			
Contas a receber de clientes	6	280.066	233.103
Adiantamentos a fornecedores	8	37.045	27.862
		966.925	728.664
Passivo			
Passivo pelo custo amortizável			
Fornecedores	15	731.588	827.026
Empréstimos e financiamentos		7.500	-
Convênios e Contratos	20	631.315	739.670
		1.370.403	1.566.696

(a) Do montante constante no balanço patrimonial na rubrica de investimentos, os montantes acima expressam investimentos em títulos mobiliários de outras empresas (ações).

c) Valor justo versus valor contábil

Os instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, tais como caixa e bancos, empréstimos e financiamentos e contas a receber apresentam-se pelos seus valores contratuais. Os investimentos em títulos mobiliários, encontram-se avaliados pelo seu valor justo.

Para determinação dos valores de mercado de ativos ou instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e líquidos, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços.

A comparação entre o valor justo e o valor contábil dos instrumentos financeiros em aberto pode ser assim demonstrada:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	629.494	629.494	373.901	373.901
Investimentos (a)	20.320	20.320	93.798	93.798
Contas a receber de clientes	280.066	280.066	233.103	233.103
Adiantamentos a fornecedores	37.045	37.045	27.862	27.862
Total de ativos	966.925	966.925	728.664	728.664
Passivo				
Fornecedores	731.588	731.588	827.026	827.026
Empréstimos e financiamentos	7.500	7.500	-	-
Convênios e Contratos	631.315	631.315	739.670	739.670
Total de passivos	1.370.403	1.370.403	1.566.696	1.566.696

4.2 Risco de liquidez

A Companhia tem sua previsão de fluxo de caixa realizada pela Administração. A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para fazer frente às necessidades operacionais e as suas obrigações.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em aplicações financeiras em instituições financeiras de primeira linha e aplicações financeiras administradas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira de Estados e Municípios – SIAFEM.

4.3 Risco de crédito

A Companhia tem seu risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, e outros recebíveis.

A Companhia provisiona todos os títulos de clientes em aberto vencidos há mais de 90 dias e não renegociados, desde que não existam garantias reais. Também são provisionados os títulos em aberto de clientes que entrarem em recuperação judicial.

A Companhia tem o objetivo de mitigar o risco de crédito e mantém suas operações financeiras diversificadas entre bancos, com principal concentração em instituições financeiras de primeira linha classificadas como *high grade* pelas principais agências de classificação de risco.

4.4 Risco de taxas de câmbio

A Companhia, eventualmente, no curso natural de seus negócios pode contratar serviços e compra de materiais e equipamentos de fornecedores estrangeiros através de seus processos de licitação substancialmente ligados aos programas de investimentos em novas linhas metroviárias, sistemas e frota de trens, ficando desta forma exposta a oscilações cambiais quando do câmbio da data de compra até a efetiva data e liquidação das obrigações.

A Companhia avalia que a participação de fornecedores estrangeiros em suas obrigações contratuais não é relevante e portanto não contrata instrumentos financeiros derivativos para fazer frente a exposição cambial.

4.5 Risco de taxas de juros

As oscilações das taxas de juros podem implicar em efeitos de aumento ou redução do custo sobre os novos financiamentos e operações já contratadas, bem como incremento de despesas financeiras aplicadas sobre obrigações liquidadas fora do prazo contratual.

A Companhia avalia que o montante em empréstimos e financiamentos contratados, bem como os eventos em que liquida suas obrigações fora do prazo contratual não é relevante e portanto não contrata instrumentos financeiros derivativos para fazer frente a exposição estrutural de taxa de juros e índices macroeconômicos.

4.6 Risco de preços tarifários

A Companhia está exposta a preços tarifários de operação fixados por política pública de preços de passagens dos transportes de passageiros aplicada na Região Metropolitana de São Paulo pela Secretária de Transportes Metropolitanos – STM.

A Companhia a fim de mitigar estes efeitos trabalha de forma integrada junto a STM para formular estudos de viabilidade econômica e aplicação de ajustes tarifários, quando aplicáveis, aos preços

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



das tarifas de forma a buscar o equilíbrio, tanto da parte da Companhia quanto para a sociedade, porém não é possível garantir que o preço das tarifas sempre se manterá em patamares benéficos para o resultado do Metrô, devido a diversos fatores externos que exercem influência.

4.7 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

4.8 Instrumentos financeiros não derivativos

A Companhia considera para todas as suas operações que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2017.

4.9 Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é de assegurar a sua liquidez, índices de cobertura adequados e mitigar riscos que possam impactar a disponibilidade de capital aplicado no curso normal dos negócios.

A Companhia monitora de forma constante indicadores relevantes como: i) índice de limite máximo de endividamento, expresso pelo limite de representatividade de até 1% do total do passivo oneroso sobre o total de ativos da Companhia; ii) Índice de cobertura, que representa que todas as entradas de caixa fizeram frente as obrigações da Companhia de forma tempestiva.

Em 31 de dezembro de 2017 ambos os índices apresentaram performance dentro dos parâmetros aceitáveis não gerando exposição para a Companhia.

	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos	7.500	-
Ativo Total	33.982.620	31.269.103
(%) E&F / AT	0,02	0,00
Limite Máximo de Endividamento	1%	1%
Índice de cobertura	104,8%	103,6%

4.10 Garantias

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui garantias reais vinculadas a operações de contas a receber referente a operações de arrendamento, locações de espaços, outras receitas adjacentes e a contratos com fornecedores no montante de R\$ 6.268 (Em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 4.854).

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



5 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	69.003	75.202
Aplicações financeiras		
SIAFEM	545.043	64.927
Fundo Banco do Brasil - CP	11.705	233.772
Fundo Caixa Econômica - CP	3.743	-
Total das aplicações financeiras - CP	560.491	298.699
Total de caixa e equivalentes de caixa	629.494	373.901

De acordo com o Decreto Estadual nº 60.244/14, as aplicações financeiras da Companhia são administradas pela corretora de valores do SIAFEM ligada à Secretaria da Fazenda – SEFAZ, onde o perfil de aplicação está voltado a títulos de baixo risco e correspondem a aplicações indexadas pelo Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Parte menor é alocada em fundos de investimento de curto prazo administrados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as taxas de remuneração variavam entre 99,05% a 99,26% do CDI e 98,94% a 99,03%, respectivamente.

6 Contas a Receber

6.1 Contas a receber, líquidos

	31/12/2017	31/12/2016
Clientes		
Terceiros	309.071	278.503
Partes relacionadas		
Governo do Estado de São Paulo ^(a)	200.203	154.217
	509.274	432.720
Outros Contas a Receber		
Ressarcimento Petrobrás (Estação Paulista) ^(b)	40.564	40.564
Comissionados ^(c)	30.192	24.141
Outros		
	70.756	64.705
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(299.964)	(264.322)
Total do contas a receber, líquido	280.066	233.103

^(a) GESP e Metrô celebraram entre si, em 30 de outubro de 2015, Termo de Acordo visando à recomposição da receita tarifária, decorrente da diferença entre a remuneração contratual paga à Concessionária privada, Linha 4 – Amarela, e a venda de direito de viagem do sistema metroferroviário (tarifa pública). Em 31 de dezembro de 2017 o montante a ser repassado ao Metrô é de R\$ 198.100, enquanto que Outros Contas a Receber junto a GESP somam R\$ 2.103.

^(b) Foi efetuada a desapropriação do terreno para a construção da Estação Paulista da Linha 4 Amarela, na Rua da Consolação, onde existia um posto de gasolina de propriedade da Petrobrás. Quando da demolição da estrutura existente foi identificado que o solo estava contaminado devido a vazamentos de combustível. A Companhia arcou com os gastos para a devida descontaminação do solo e pleiteia judicialmente o ressarcimento desses gastos junto a empresa.

Companhia do Metropolitan de São Paulo - Metrô

Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



- (c) Representa o montante a receber pela Companhia pela cessão de profissionais, pertencentes ao seu quadro à outras empresas ligadas à administração do GESP ou a entidades públicas.

6.2 Contas a receber vencidos e a vencer

	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	10.558	219.299
Até 3 meses	58.801	5.484
Acima de 3 meses	510.671	272.642
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(299.964)	(264.322)
Total do contas a receber - vencidos e a vencer	280.066	233.103

6.3 Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	31/12/2017	31/12/2016
Saldos iniciais	(264.322)	(231.979)
Créditos provisionados no período	(54.330)	(168.244)
Créditos recuperados no período	18.688	135.901
Créditos baixados definitivamente da posição	-	-
Saldos finais	(299.964)	(264.322)

7 Estoques

	31/12/2017	31/12/2016
Materiais de uso comum e administrativo	6.003	210
Materiais de reposição	174.487	155.309
Materiais de consumo geral e manutenção	38.353	34.938
Materiais em poder de terceiros	4.317	13.983
Outros estoques ^(a)	4.082	5.253
Total	227.242	209.693

- (a) O grupo outros estoques é composto por: Estoques de Bilhetes, Materiais para Devolução e Importações em Andamento.

Não foram disponibilizados itens dos estoques para penhor ou garantia a passivos para os períodos apresentados.

8 Adiantamento a Fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores representam valores antecipados aos empregados da Companhia, a título de encargos voluntários concedidos (cheque supermercado, assistência médica hospitalar e odontológica, vale-transporte, adicional quebra de caixa, convênio farmácia, auxílio refeição), bem como verbas de representação destinadas a pagamento de despesas com viagens. Também são classificados neste grupo os adiantamentos a fornecedores nacionais e empréstimos emergenciais concedidos aos empregados.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o montante de adiantamentos de recursos financeiros é de R\$ 37.045 e R\$ 27.862, respectivamente. Os adiantamentos a fornecedores para investimentos voltados à expansão da rede metroviária estão inclusos na rubrica de Imobilizado (vide Nota explicativa 11).

9 Investimentos

	31/12/2017	31/12/2016
Títulos Mobiliários - com cotação na B3 ^(a)	8.934	26.868
Títulos Mobiliários - sem cotação na B3 ^(b)	15.349	15.349
Valor Justo - marcação a mercado	(3.963)	51.581
	20.320	93.797
Obras de arte	5.114	5.114
Total de investimentos	25.434	98.911

(a) Montantes apurados pelo valor justo da cotação das ações das empresas listadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (Bolsa de Valores e Mercadorias), no fim do exercício social.

(b) Montantes apurados pelo valor patrimonial das ações com base na análise das últimas demonstrações financeiras das empresa divulgadas.

9.1 Investimentos em empresas com ações negociadas em bolsas

Empresas	Código B3	Custo de Aquisição - R\$	Quantidade de Ações		Tipo	Cotação em bolsa de valores ou apurado pelo valor patrimonial (R\$ por ação)		Valor justo de mercado	
			31/12/2017	31/12/2016		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
CESP	CESP3	8.934	1.182.500	1.182.500	PN	11,38	12,64	13.457	14.947
DUKE	GEPA4	2.613	-	1.070.300	PN	-	40,99	-	43.872
ELETRIPAULO	ELPL3	15.321	-	1.400.814	PN	-	24,97	-	34.979
EMAE ^(a)	EMAE3	15.349	350.832	350.832	ON	19,56	-	6.863	-
Total		42.217	1.533.332	4.004.446				20.320	93.798

(a) As ações tipo ON que a Companhia possui da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A – não têm cotação em bolsas. A referência indicada, portanto, é o valor patrimonial da ação.

10 Remuneração dos Administradores e Empregados

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os montantes com a maior e a menor remuneração praticada e o salário médio no exercício são apresentadas. Nestes montantes incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias e 13º salário), encargos sociais (contribuições para seguridade social - INSS parte empresa e fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS) e remunerações variáveis como programa de participação nos resultados e benefícios, de acordo com a política salarial praticada pelo Metrô.

O maior honorário atribuído a dirigente no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em consonância com Decreto nº 2.355/87 e Lei nº 8.852/94, correspondem a R\$ 20.590,00 para Diretor estatutário (parecer do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC nº 003/2013) e de R\$ 28.955,00 para Diretor não estatutário.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	em reais (R\$)	
	31/12/2017	31/12/2016
Remuneração paga a empregados		
Maior valor	28.955,00	27.919,00
Menor valor	2.159,00	2.081,00
Salário médio no exercício	6.676,42	6.494,20

11 Imobilizado

11.1 Por tipo de ativos

	Consolidado								Total do Ativo Imobilizado
	Edifícios	Estações	Túneis, Elevados, Terminais e outras estruturas	Material Rodante (Trens)	Sistemas de Via e Auxiliares	Instalações e Equipamentos	Terrenos Desapropriados	Obras em Andamento	
Taxa média anual de depreciação	2,00%	1,67%	1,35%	2,50%	2,50%	8,33%	-	-	-
Custo de Aquisição									
Saldos em 31 de dezembro de 2016	702.824	3.419.395	5.062.736	2.433.723	3.474.846	203.619	2.548.795	15.823.905	33.669.843
Adições	-	-	-	267.282	-	6.632	39.187	2.323.389	2.636.489
Baixas	-	-	-	-	-	(434)	-	(38.651)	(39.085)
Transferências Líquidas	-	(10)	-	(10.792)	(16)	(0)	-	10.819	-
Provisão para perdas ("Impairment")	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	702.824	3.419.385	5.062.736	2.690.212	3.474.830	209.817	2.587.982	18.119.462	36.267.248
Depreciação									
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(181.341)	(967.715)	(647.799)	(692.291)	(1.225.059)	(172.742)	-	-	(3.886.947)
Depreciação	(14.414)	(57.825)	(40.114)	(74.904)	(142.527)	(19.218)	-	-	(349.001)
Baixas	-	16	-	13.590	30.498	2.810	-	-	46.914
Transferências Líquidas	-	-	1	-	-	(1)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(195.755)	(1.025.524)	(687.912)	(753.605)	(1.337.087)	(189.151)	-	-	(4.189.034)
Valor residual									
Saldos em 31 de dezembro de 2017	507.069	2.393.861	4.374.824	1.936.607	2.137.743	20.666	2.587.982	18.119.462	32.078.214
Saldos em 31 de dezembro de 2016	521.483	2.451.680	4.414.937	1.741.432	2.249.788	30.876	2.548.795	15.823.905	29.782.896

11.2 Por tempo de vida útil estimada

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia procedeu com o teste de recuperabilidade econômica dos ativos imobilizados.

Para cada grupo do Imobilizado Operacional: Terrenos Desapropriados, Obras Civis, Material Rodante e Sistemas, foram identificados os últimos contratos formalizados entre o Metrô com participantes independentes do Mercado ou a última avaliação estimada (no caso das desapropriações). Estes valores contratados foram atualizados, quando necessário, para a data base destas demonstrações financeiras pelo Índice de Preços ao Consumidor do Município de São Paulo – IPC/FIPE.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Vida Útil Estimada	Edifícios, obras civis, sistemas, máquinas, equipamentos e outros bens		
	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	^(a) Saldo em 31/12/2017
Até 5 Anos	65.958	(50.386)	15.572
6 - 10 Anos	137.553	(94.658)	42.895
11 - 20 Anos	702.373	(363.989)	338.384
21 - 25 Anos	1.524	(1.481)	43
26 - 30 Anos	869.034	(413.747)	455.288
31 - 40 Anos	2.690.212	(753.605)	1.936.608
Acima de 40 Anos	11.093.149	(2.511.168)	8.581.981
	15.559.804	(4.189.033)	11.370.771

^(a) Os valores contemplam os ativos operacionais, excluindo-se terrenos desapropriados e obras em andamento.

11.3 Avaliação de recuperação dos ativos imobilizados – *impairment test*

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia procedeu com o teste de recuperabilidade econômica dos ativos imobilizados.

Para cada grupo do Imobilizado Operacional: Terrenos Desapropriados, Obras Civis, Material Rodante e Sistemas, foram identificados os últimos contratos formalizados entre o Metrô com participantes independentes do Mercado ou a última avaliação estimada (no caso das desapropriações). Estes valores contratados foram atualizados, quando necessário, para a data base destas demonstrações financeiras pelo Índice de Preços ao Consumidor do Município de São Paulo – IPC/FIPE.

Posteriormente os montantes foram divididos pela extensão em quilômetros da obra civil ou de sistemas do contrato correspondente para a obtenção do valor de referência unitário por quilômetro. Procedimento análogo foi adotado para o material rodante: valor do último contrato dividido pela quantidade de trens correspondentes para o cálculo do valor de referência unitário por trem.

O produto dos valores de referência unitária pela extensão em quilômetros e quantidade de trens de cada uma das linhas em operação resultou nos valores de recuperabilidade dos ativos os quais foram comparados com seus valores contábeis de aquisição a fim de se detectar o resultado do teste de *impairment*.

Premissas e Julgamentos:

i) A Companhia julga que suas contratações recentes refletem os custos atuais de Mercado, pois são precedidas de avaliações orçamentárias detalhadas elaboradas pelos seus especialistas da área de Engenharia de Custos e que os resultados finais alcançados e negociados para a formalização dos contratos são sempre iguais ou inferiores aos da avaliação da Companhia;

ii) A Linha 5 – Lilás foi construída pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM no trecho Capão Redondo – Largo Treze de Maio e por força do Convênio 326474109100(All) também convalidado em 27 de dezembro de 2012, é operada pelo Metrô. O trecho Largo Treze de Maio à Chácara Klabin encontra-se em construção pela Companhia;

iii) Na Rede Básica estão registradas as imobilizações iniciais necessárias para a realização do estudo pelo Consórcio HMD - (Hochtief Montreal Deconsult) para o planejamento de toda a rede;

iv) O imobilizado operacional encontra-se em perfeito estado e as intervenções realizadas até o momento são decorrentes de manutenções normais ou apenas para a modernização de seus

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



sistemas. A Companhia, portanto, considera não ser necessária alteração na vida útil-econômica do ativo imobilizado.

A seguir apresentamos sumário dos testes realizados sobre os ativos imobilizados:

Item	Base	Linha 1 - Azul	Linha 2 - Verde	Linha 3 - Vermelha	Linha 4 - Amarela	Linha 5 - Lilás	Linha 15 - Prata	Linha 17 - Ouro	Rede Básica	Totais
		(a) unidade	(b) unidade	(c) unidade	(d) unidade	(e) unidade	(f) unidade	(f) unidade	(g) unidade	
Extensão atual das linhas (km)		20,2	14,7	22	12,8	3	2,3	7,7	12,5	
Quantidade de trens		58	27	57		14	1			
Terrenos Desapropriados	valor referência * unidade	1.314.447	956.553	1.431.576	832.917	999.370	149.665	501.052	813.396	6.998.976
Obras Cíveis: túneis, elevados, estações, pátio, terminais e estações	valor referência * unidade	12.115.034	8.816.386	13.194.591	7.676.853	1.799.262	1.379.435	-	7.496.927	52.478.489
Material Rodante	valor referência * unidade	1.151.873	536.217	1.132.013	-	-	19.860	-	-	2.839.962
Sistemas: alimentação elétrica, comunicação, telecomunicação, controle e auxiliares	valor referência * unidade	1.071.607	779.833	1.167.097	679.038	-	122.015	-	-	3.819.589
Total Geral		15.652.960	11.088.988	16.925.277	9.188.808	2.798.633	1.670.974	501.052	8.310.322	66.137.015
Custo Original Contábil em 31/12/17		2.380.120	6.487.695	4.887.078	2.778.279	687.559	655.867	265.372	5.815	18.147.786

- (a) Trecho operacional: Jabaquara – Tucuruvi;
 (b) Trecho operacional: Vila Prudente – Vila Madalena;
 (c) Trecho operacional: Corinthians Itaquera – Palmeiras Barra Funda;
 (d) Linha concedida pelo Governo do Estado de São Paulo à iniciativa privada. Operada e mantida pelo Consórcio ViaQuatro.
 (e) Trecho operacional: Capão Redondo – Brooklin (12,3 Km) sendo 3 km construídos pelo Metrô e os demais pela CPTM;
 (f) Linhas em construção – fase pré-operacional; e
 (g) Imobilizações iniciais necessárias para a realização do planejamento de toda a rede (extensão = média da soma das extensões das linhas).

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia realizou o teste de avaliação do valor recuperável de seus ativos imobilizados e não encontrou indícios de *impairment* a serem registrados como perdas, conforme acima.

11.4 Denúncias envolvendo o Metrô e a aquisição de ativos

Cartel do Setor Metroferroviário:

Em 2013, A Procuradoria Geral do Estado, o Ministério Público Estadual – MPE, o Metrô e a CPTM propuseram ação judicial contra seis empresas em busca de indenizações decorrentes da prática de cartel na aquisição de trens e sistemas, baseados no acordo de leniência feito pela empresa Siemens junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

O acordo mencionava uma atuação das empresas do setor no mundo, para coordenadamente burlarem a competitividade de mercado, entre 1.998 e 2009, e dentre os atingidos foram citados os contratos de aquisição de trens da CPTM para a Linha 5 e um contrato do Metrô para fornecimento de sistema para a Linha 2.

A referida ação está em fase inicial, aguardando as citações de todas as empresas demandadas para apresentação de respostas.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Cartel de Empreiteiras – Operação Lava Jato:

Em 2017, o CADE instaurou processo administrativo para apurar a formação de cartel por empreiteiras que atuaram em licitações públicas, incluindo obras de metrô em sete Estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul) e no Distrito Federal. A apuração tramita perante a Superintendência geral da autarquia e se vale de informações obtidas por meio de acordo de leniência firmado junto àquele Conselho pela construtora Camargo Corrêa e pelo Ministério Público Federal – MPF, objeto de desdobramentos da 23ª fase da Operação Lava Jato.

O suposto esquema envolvia diversas empreiteiras, das quais cinco mais relevantes e com autorização para operar o equipamento “Shield”, comumente conhecido como “Tatuzão”, utilizado para projetos de construção de túneis metroviários, entre 1998 e 2014. Tais empresas teriam se organizado para se sagrarem vencedoras de certames licitatórios, evitando descontos nas licitações e burlando a competitividade, com suposto envolvimento de agentes públicos. Compõem as investigações as obras da Linhas 2 – Verde e 5- Lilás do Metrô.

Há uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público Estadual, em 2011, que pretende recuperar valores na ordem de R\$ 327 milhões para a Companhia do Metrô.

Ambos os casos supracitados ainda não foram encerrados ou tiveram o seu trânsito em julgado verificado. A Companhia não realizou reconhecimento contábil de eventuais perdas ao seu patrimônio em 31 de dezembro de 2017, em decorrências destes fatos.

A Companhia do Metrô reafirma, por fim, que para ambos os casos está sendo oficialmente reconhecida nos processos como vítima.

12 Intangível

12.1 Ativos intangíveis com vida útil definida

	Pesquisa		Pesquisa			
	Origem	Destino	Origem	Destino	Software em	Total
	Implantada		em Implantação	em Implantação	Implantação	
Vida Útil em Anos	10		5	n/a	n/a	
Custo de Aquisição		3.717		10.675		14.392
Amortização Acumulada		(2.758)		(3.086)		(5.843)
Saldos em 31 de dezembro 2016		960		7.589		8.549
Aquisições		-		6.132		6.132
Amortização		-		(4.962)		(4.962)
Baixas		-		-		-
Transferências e outros (a)		(442)		83.007		78.565
Saldo Contábil		518		91.766		97.284
Custo de Aquisição		3.717		99.814		103.531
Amortização Acumulada		(3.200)		(8.047)		(11.247)
Saldos em 31 de dezembro 2017		518		91.766		97.284

(a) Transferência de Softwares em implantação para Softwares implantados, devido ao início da operacionalização do sistema integrado de gestão – SAP e o sistema de controle e apuração fiscal MASTERSAF em novembro de 2017.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



13 Diferido

Os valores registrados como diferido são gastos decorrentes de elaboração de projetos, análises e pesquisas para futuros empreendimentos. Após a alteração das normas contábeis introduzidas pela Lei 11.638/07, não houve mais adições no grupo, apenas amortização do saldo remanescente já líquido das reclassificações para grupos de contas que os montantes puderam ter sido ajustados quando da adoção da norma.

	Taxa anual de amortização	31/12/2017	31/12/2016
Gastos pré-operacionais			
Linhas implementadas		65.141	65.141
Amortização	10%	(42.920)	(36.102)
Empreendimentos associados implementados		2.434	2.434
Amortização	10%	(1.465)	(1.095)
Total do diferido		23.190	30.378

14 Transações com Partes Relacionadas

A Companhia possui política corporativa aprovada pela Conselho de Administração para regular e orientar seu corpo de profissionais na celebração de transações envolvendo partes relacionadas e em situações que possam gerar potencial conflito de interesses nestas operações. Desta forma objetiva assegurar os interesses da Companhia, alinhado à transparência de processos e as melhores práticas de Governança Corporativa.

Partes relacionadas	Natureza da principal operação	31/12/2017			31/12/2016		
		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Ativos							
GESP	C/R - serviços de transporte ^(a)	200.203	-	200.203	154.217	-	154.217
Passivos							
CBTU	C/P - Convênios ^(b)	(3.886)	(238.285)	(242.171)	(3.886)	(242.159)	(246.045)
Metrus - Instituto	C/P - Previdência e Saúde ^(c)	(28.178)	-	(28.178)	(24.539)	-	(24.539)
Total		168.139	(238.285)	(70.146)	125.792	(242.159)	(116.367)
Resultado							
CPTM	Receitas com ativos L5 ^(d)				33.220		34.744
Administração	Despesas com folha ^(e)				(2.024)		(2.044)
Total					31.196		32.700

^(a) Montantes a receber do Governo do Estado de São Paulo referentes a ressarcimentos da operação de transporte de passageiros e ressarcimento de venda de terrenos – Nota explicativa 6.

^(b) Montantes a pagar à Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU referentes a convênios junto a partes relacionadas indiretas – Nota explicativa 20.

^(c) Montantes a pagar ao Metrus – Instituto de Seguridade Social, onde a Companhia é patrocinadora majoritária, referente a previdência privada (Plano I e Plano II) e assistência médica de seus empregados.

^(d) Receitas auferidas na Linha 5 – Lilás, apesar de todas as estações e trens em operação serem de propriedade da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, a operação desta linha é realizada pela Companhia, conforme Convênio firmado e, posteriormente, convalidado em 27 de dezembro de 2012.

^(e) Trata-se de valor pago como gastos da Diretoria ou Conselho.

A Companhia é participante do sistema integrado de transporte metropolitano do Estado de São Paulo, composta por redes ferroviárias, metroviárias e de ônibus. Portanto em determinadas estações existe a conexão de passageiros, que transitam de um sistema a outro, com o objetivo de concluir sua viagem, e por este traslado remuneram o sistema ao valor único do bilhete integrado. Esse trânsito livre dos passageiros entre modais de transporte é regulado por convênio celebrado e

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



não gera montantes a receber ou a pagar por nenhum dos participantes do sistema integrado de transporte.

A Companhia considera transação com partes relacionadas, não baseada em montantes financeiros, sua operação de transporte em estações onde há conexão possível com operações da CPTM e Linha 4 – Amarela, operada pela empresa privada ViaQuatro.

15 Fornecedores

	31/12/2017	31/12/2016
Terceiros nacionais		
Empreiteiras	279.434	252.614
Sistemas	332.365	423.993
Prestação de Serviços	95.175	112.316
Energia Elétrica	792	6.630
Outros (Bens Patrimoniais, Materiais e Bilhetes)	21.056	30.159
	728.822	825.712
Terceiros internacionais	2.766	1.314
Total de fornecedores	731.588	827.026

16 Impostos e Contribuições Sociais a Recolher

	31/12/2017	31/12/2016
INSS - Contribuição previdenciária sobre receita bruta	49.058	47.896
PIS - sobre receitas não tarifárias e importação	2.361	1.109
COFINS - sobre receitas não tarifárias e importação	11.107	6.812
IRRF e CSLL - retidos nos pagamentos a fornecedores	50.952	35.356
IRPJ e CSLL - recolhimento corrente	-	3.456
Outros impostos e contribuições ^(a)	13.771	7.136
Total	127.249	101.765

^(a) Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, incluem valores a recolher relativos a ISS, ICMS, Impostos Sindicais, CIDE, contribuições ao SESI/SENAI e PIS/COFINS/CSLL de contratos de serviços.

A Companhia aderiu durante o exercício a Programas de Regularizações Tributárias, cujas parcelas iniciais vêm sendo registradas como adiantamento (art. 12, §2º, da Lei Federal nº 10.522/02) no Ativo Não Circulante. Oportunamente, após as devidas homologações e consolidações de seus valores, estes passarão a ser contabilizados como tributos a recolher, sendo:

Programa Especial de Regularização Tributária - Débitos Previdenciários - PERT - da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PERT/PGFN, de que trata a MP nº 783/2017 e a Lei nº 13.496/2017, com adesão em 31/10/2017, no montante de R\$ 61.299, a ser liquidado em 120 parcelas.

Programa Especial de Regularização Tributária - Demais Débitos – PERT – da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, de que trata a MP nº 783/2017 e a Lei nº 13.496/2017, com adesão em 28/09/2017, no montante de R\$ 6.496, a ser liquidado em 5 parcelas que totalizam R\$ 487, e o residual de R\$ 6.008 a ser liquidado com prejuízo fiscal/base de cálculo negativa da CSLL.

Programa Especial de Regularização Tributária - Débitos Previdenciários – PERT – da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, de que trata a MP nº 783/2017 e a Lei nº 13.496/2017, com

Companhia do Metropolitan de São Paulo - Metrô

Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



adesão em 27/09/2017, no montante de R\$ 30.866, a ser liquidado em 5 parcelas que totalizam R\$ 6.173, e o residual de R\$ 24.692 a ser liquidado com prejuízo fiscal/base de cálculo negativa da CSLL.

Programa de Regularização Tributária – PRT – da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, de que trata a MP nº 766/2017, com adesão em 26/05/2017, montante de R\$ 26.635, a ser liquidado em 24 parcelas que totalizam R\$ 6.392, e o residual de R\$ 20.243 a ser liquidado com prejuízo fiscal/base de cálculo negativa da CSLL.

17 Imposto de Renda e Contribuição Social

17.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos impostos sobre o lucro e os montantes contábeis registrados (variações de provisões diversas e cálculo do valor justo de instrumentos financeiros).

As alíquotas nominais definidas atualmente pela legislação tributária vigente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não reconheceu montantes de impostos diferidos ativos sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, pois não há expectativa de lucro tributável para os próximos exercícios, exceto o imposto diferido ativo sobre perdas com Ajuste a Valor Justo de Títulos Mobiliários e Perda Atuarial sobre Plano de Aposentadoria/Pensão.

Os saldos do imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	31/12/2017	31/12/2016
Provisões de PECLD	12.909	12.202
Provisões de Contingências	40.162	20.226
Provisões de PDV	92.270	14.741
Ajuste a Valor Justo - Títulos Mobiliários (Perdas)	1.348	-
Perda Atuarial (Plano de Aposentadoria/Pensão)	54.266	-
Ativo não circulante	200.954	47.168
Reversão Provisões de PECLD	-	1.206
Reversão Provisões de Contingências	15.374	3.829
Reversão Provisões de PDV	61.410	-
Ajuste a Valor Justo - Títulos Mobiliários (Ganhos)	-	17.537
Ganho Atuarial (Plano de Aposentadoria/Pensão)	-	9.888
Passivo não circulante	76.784	32.460
Total líquido ativo não circulante antes dos ajustes	124.170	14.709
Total líquido passivo não circulante antes dos ajustes	-	-
Saldo inicial da conta de tributos diferidos passivos	(17.537)	(9.064)
Ajuste de baixa por não expectativa de lucro futuro ^(a)	(51.019)	(23.182)
Total líquido ativo não circulante	55.614	-
Total líquido passivo não circulante	-	(17.537)

^(a) Ajuste decorrente do reconhecimento substancial dos tributos diferidos sobre itens registrados diretamente no patrimônio líquido.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



A composição do prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social, ambos acumulados somente em bases fiscais, estão abaixo apresentados:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prejuízos fiscais	3.840.163	3.718.011
Base negativa da contribuição social	3.608.737	3.512.806

17.2 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(326.620)	(209.723)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	111.051	71.306
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Provisão de contingências, líquidas	72.906	48.227
Provisões referentes ao plano de demissão voluntária	90.765	76.059
Provisões outras, líquidas	45.219	27.039
Lei 8.200/91 - CSLL ^(a)	26.825	27.474
Tributos com exigibilidade suspensa ^(b)	2.378	27.035
Demais adições e exclusões líquidas	(33.624)	13.737
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(3.456)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.537	-
Total	17.537	(3.456)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	5,4%	0,0%

^(a) Este ajuste de adição aplica-se somente à CSLL e decorre da diferença entre a depreciação dos ativos imobilizados corrigidos monetariamente pela Lei 8.200/91 em relação à depreciação prevista na Lei 6.404/76.

^(b) Tratam-se de tributos em discussão judicial, cujo montante está sendo depositado em juízo. Dessa forma perdem temporariamente sua dedutibilidade.

18 Passivos Atuariais

18.1 Planos de benefícios

A Companhia assegura o custeio de planos de aposentadoria complementar vitalícia estruturado na modalidade de benefícios definidos e contribuições definidas voltado aos seus empregados e administrado pelo Metrus – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar, na qual o Metrô é patrocinadora.

i) Benefício definido (Plano I)

Concedidos a empregados até 1999 com contribuições fixas e prevê o pagamento de benefícios de renda complementar vitalícia para participantes com no mínimo 60 anos de idade com 10 anos de participação no plano.

ii) Contribuição definida (Plano II)

Concedidos a empregados após 1999 e para participantes que aceitaram a migração do Plano I, prevê contribuições que podem ser fixas suplementadas de contribuições variáveis e ao final

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



pode chegar a mesma estrutura de pagamento dos benefícios nas mesmas condições de tempo de participação no plano e idade que o Plano I.

Ambos os planos são limitados a curva de remuneração do saldo da cota vigente ao participante quando este é elegível ao benefício e são limitados a até 70% da remuneração atual do profissional. A diferença é que no Plano I, o participante tem assegurado pela patrocinadora o direito ao benefício de 70% da remuneração, se cumprido o plano de contribuições e independentemente da performance de ativos e passivos financeiros do plano, enquanto que no Plano II, os 70% da remuneração estão condicionados aos aportes adicionais que o participante pode realizar e a performance dos ativos e passivos do plano.

A Companhia oferece o benefício de pensão por morte ao participante assistido e de aposentadoria por invalidez.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o valor das obrigações futuras desses benefícios no Plano I foi de R\$ 257.611 e R\$ 127.087, respectivamente.

Os valores de contribuição da patrocinadora e participantes para o Plano II foram de R\$ 66.357 e R\$ 61.882, respectivamente para 2017 e 2016.

18.2 Principais premissas atuariais econômicas e biométricas utilizadas no cálculo do passivo atuarial

	31/12/2017	31/12/2016
Duração média de pagamentos - Plano I	15 anos	15 anos
Duração média de pagamentos - Plano II	19 anos	19 anos
Taxa de desconto - Plano I	9,46% a.a.	11,94% a.a.
Taxa de desconto - Plano II	9,54% a.a.	11,87% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	4,00% a.a.	5,50% a.a.
Tábua biométrica de sobrevivência - Plano I	AT-83	AT-83
Tábua biométrica de sobrevivência - Plano II	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	IBGE 2010	IBGE 2010

Em 31 de dezembro de 2017, a sensibilidade do saldo do passivo atuarial às mudanças nas principais premissas utilizadas, considerando mantidas as demais, segue:

	Variação	Aumento na premissa	Redução na premissa
Plano I			
Taxa de desconto	0,25%	Redução de 2,26 %	Aumento de 2,36 %
Taxa de crescimento salarial	1,00%	Aumento de 2,08 %	Redução de 1,34 %
Plano II			
Taxa de desconto	0,25%	Aumento de 0,01 %	Redução de 0,01 %
Taxa de crescimento salarial	1,00%	Aumento de 0,03 %	Redução de 0,03 %

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



18.3 Movimentação do passivo atuarial líquido e valor justo dos ativos do plano e obrigações atuariais

	Plano I
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2015	115.587
Custo do serviço corrente	24.523
Juros sobre obrigação atuarial	14.853
Contribuições da patrocinadora	(22.651)
Contribuições dos participantes	(22.651)
(Ganhos) / perdas atuariais - ORA	17.426
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	127.087
Custo do serviço corrente	22.789
Juros sobre obrigação atuarial	27.814
Contribuições da patrocinadora	(24.269)
Contribuições dos participantes	(25.501)
(Ganhos) / perdas atuariais - Ajuste ORA (2016)	129.087
(Ganhos) / perdas atuariais - ORA (2017)	604
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	257.611
Valor presente das obrigações atuariais	1.493.311
Valor justo dos ativos do plano	(1.235.700)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2017	257.611

A Companhia reconhece os ganhos ou perdas atuariais decorrentes de premissas atuariais diretamente no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial, líquido de imposto de renda diferido.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o montante de benefícios pagos conjuntamente pelos dois planos foi de R\$ 96.467 e R\$ 73.949, respectivamente.

19 Provisão para Contingências Legais

A Companhia é polo passivo em uma série de ações judiciais referentes ao curso normal dos negócios, incluindo ações na esfera trabalhista, cível, tributária e previdenciária. A Administração reconhece provisões nas demonstrações financeiras de forma consistente, quando a probabilidade de perda é considerada provável pelos seus assessores jurídicos.

O prazo e os montantes dos pagamentos podem variar a depender do resultado final dos processos judiciais. As provisões estão assim demonstradas:

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Atualizações monetárias	Liquidações/ Baixas	Saldo em 31/12/2017	Exposição Líquida em 31/12/2017
Trabalhistas	175.850	46.706	37.851	(33.418)	226.989	226.989
Cíveis	395.431	2.498	22.236	(1.292)	418.873	418.873
Tributários e previdenciários	63	-	1	(12)	52	52
Total	571.344	49.204	60.088	(34.722)	645.914	645.914

19.1 Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia figura no polo passivo em 6.240 processos de natureza trabalhista. O valor acumulado dos depósitos vinculados as contingências trabalhistas totalizam R\$ 386.145.

De maneira geral, os processos trabalhistas estão relacionados, principalmente, pleito sobre periculosidade, equiparação salarial e horas extras.

19.2 Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia figura no polo passivo em 2.183 processos de natureza civil. O valor acumulado dos depósitos vinculados as contingências cíveis totalizam R\$ 46.221.

De maneira geral, os processos cíveis estão relacionados, principalmente, discussão de créditos a receber, indenizações por dano material, moral.

Destaca-se dentre os processos, a ação movida pela empresa EMTEL, descrito abaixo os detalhes:

Processo Turma da Rua

Conforme convênio celebrado com o Metrô em outubro de 1988, coube a este a responsabilidade pela administração do Programa Turma da Rua, permanecendo o Metrô responsável por todos os custos dele decorrentes, em atenção às determinações do GESP. Neste sentido, o Metrô repassou os recursos necessários ao Metrô. A mão-de-obra para a execução deste Programa foi terceirizada, com a contratação da EMTEL - Recursos Humanos e Serviços Terceirizados Ltda.

O contrato com a EMTEL encerrou-se em 06 de março de 1995, quando a administração do Programa voltou à responsabilidade do Metrô, a título emergencial, uma vez que os serviços não podiam ser interrompidos e não havia possibilidade legal de prorrogação do contrato.

Existe, atualmente, uma demanda judicial entre EMTEL e Metrô, onde se discutem indenizações trabalhistas acrescido de custas processuais, correção monetária, juros de mora e de honorários advocatícios, que o Instituto não reconhece como sua obrigação.

Adicionalmente, foram movidas diversas reclamações trabalhistas contra a EMTEL, nas quais o Metrô também poderá vir a ter de responder solidariamente pelas obrigações decorrentes.

Assim, em decorrência do convênio celebrado entre o Metrô e Metrô, quaisquer despesas provenientes destes processos, se devidas pelo Instituto, serão, ao final, suportadas pelo Metrô e pelo GESP. Em 31 de dezembro de 2017 o montante provisionado para esta contingência, por conta de sua probabilidade provável, é de R\$ 344.630 (Em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 325.736).

19.3 Processos tributários e previdenciários

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia figura no polo passivo em 696 processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária. O valor acumulado dos depósitos vinculados as contingências tributárias e previdenciárias totalizam R\$ 27.964.

De maneira geral, os processos tributários e previdenciários estão relacionados, principalmente, a isenções de cobrança do ISS referente demolições, multa aplicadas, discussões sobre aplicação de tributos.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



19.4 Processos judiciais não provisionados

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, civil e tributária que não estão provisionadas, pois envolvem risco com probabilidade de perda classificado pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível.

	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas	257.512	227.215
Cíveis	4.041.977	3.903.314
Tributários e previdenciários	13.210	10.891
Total	4.312.699	4.141.420

20 Convênios, Contratos e Outros

	31/12/2017	31/12/2016
Passivo Circulante		
Terceiros		
Programa de Participação nos Resultados - PPR	66.051	61.757
PDV - Indenizações e Serviços Assistenciais ^(b)	24.612	20.140
Eventos com Fornecedores ^(c)	55.381	47.304
Seguros	3.227	637
Outros	27.478	90.964
	176.749	220.802
Partes Relacionadas		
Convênio CBTU ^(a)	3.886	3.886
Metrus Previdência e Saúde	28.178	24.539
	32.064	28.425
	208.813	249.227
Passivo Não Circulante		
Terceiros		
Consórcio - Shopping Tatuapé e Boulevard	86.835	89.857
Companhia Santa Cruz	28.925	29.801
PDV - Indenizações e Serviços Assistenciais ^(b)	47.808	107.977
INSS - Acordo parcelamento SAT	17.516	17.516
Outros	3.133	3.133
	184.217	248.284
Partes Relacionadas		
Convênio CBTU ^(a)	238.285	242.159
	422.502	490.443
Total	631.315	739.670

^(a) Convênio assinado em 28 de dezembro de 2007, entre a Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU e o Metrô. Este convênio tem a interveniência da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos – STM, para dar prosseguimento à Linha 2 – Verde - Vila Madalena-Oratório - com a implantação do trecho Alto do Ipiranga-Vila Prudente do Metrô de São Paulo. O valor global deste convênio é de R\$ 351.000. (Nota explicativa 14).

^(b) Na Reunião de Diretoria de 16/10/2015, através da Resolução de Diretoria nº 364, foi aprovado o Plano de Demissão Voluntária aos empregados da Companhia do Metrô. Em dezembro de 2017, o montante

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



- apresenta parte dos benefícios oferecidos no programa com assistência médica e odontológica por quatro anos, registrado no passivo circulante e não circulante, respectivamente.
- (c) Valores adiantados para empresas fornecedoras de Sistemas.

21 Patrimônio Líquido

21.1 Capital autorizado

A Companhia atua sob regime de capital social autorizado, o qual foi fixado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2008 no montante de R\$ 39.845.226 conforme retratado no Artigo 3º do Estatuto Social (Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 no montante de R\$ 39.845.226, respectivamente).

O Conselho de Administração pode deliberar o aumento do capital dentro do limite autorizado e uma vez ouvido o Conselho Fiscal, conforme Artigo 14º, inciso XIII do Estatuto Social da Companhia.

21.2 Capital social subscrito e integralizado

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 36.461.066 e é composto por 32.174.711.914 ações ordinárias de classe única, nominativas, sem valor nominal e com direito a um voto cada (Em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 33.592.881 e 29.224.418.322 ações).

A composição do capital social está abaixo apresentada:

ACIONISTA	31/12/2017		31/12/2016	
	QUANTIDADE - ON	%	QUANTIDADE - ON	%
FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO - FESP	31.150.723.532	96,82%	28.200.429.940	96,50%
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - FMSP	1.010.161.084	3,14%	1.010.161.084	3,46%
BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR	5.856.809	0,02%	5.856.809	0,02%
COMPANHIA PAULISTA DE OBRAS E SERVIÇOS - CPOS	5.216.182	0,02%	5.216.182	0,02%
EMPRESA PAULISTA DE PLANEJ. METROPOL. S/A - EMPLASA	2.737.195	0,01%	2.737.195	0,01%
OUTROS (Minoritários Pulverizados)	17.112	0,00%	17.112	0,00%
TOTAL	32.174.711.914	100,00%	29.224.418.322	100,00%

21.3 Ajuste de avaliação patrimonial

Os ganhos e perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais e os ajustes a valor justo dos investimentos em títulos mobiliários mantidos para venda, porém com os quais a Companhia não tem objetivo de negociar de forma recorrente no curto prazo são contabilizados como ajuste de avaliação patrimonial, líquidos dos efeitos do imposto de renda e contribuição social.

Em 31 de dezembro de 2017 os eventos acima perfazem o montante de devedor de R\$ 163.570 líquidos de impostos de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 55.614 (Em 31 de dezembro de 2016 no montante credor de R\$ 13.433 e R\$ 8.473, respectivamente).

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



22 Lucro por Ação

22.1 Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro atribuível aos acionistas	(309.083)	(213.179)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias no período	32.174.712	29.224.418
Lucro/(prejuízo) básico e diluído por ação (reais por ação)	(0,00961)	(0,00729)

22.2 Destinação do resultado do exercício e dividendos

O Estatuto Social e a Política de Dividendos da Companhia, em linha com os princípios da legislação vigente, fixa um dividendo mínimo obrigatório às suas ações ordinárias correspondente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, obtido após as deduções determinadas em lei.

Em 2018, a Administração da Companhia irá propor à Assembleia Geral de Acionistas que não sejam pagos dividendos ou juros sobre capital próprio, pois no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresentou prejuízo em suas demonstrações financeiras.

23 Receita Operacional Líquida

	31/12/2017	31/12/2016
Receita Operacional Bruta	2.745.078	2.621.856
Receita Tarifária	1.856.740	1.835.042
Receita Não Tarifária	248.328	188.514
Desenvolvimento Imobiliário	99.008	95.900
Varejo	53.814	38.800
Mídia e Publicidade	82.748	43.000
Telecomunicações	12.758	10.814
Gratuidades (Ressarcimento)	640.010	598.300
Deduções e Impostos	(111.239)	(103.528)
Deduções e abatimentos	(39.157)	(44.420)
Impostos sobre a receita bruta ^(a)	(72.082)	(59.108)
Receita Operacional Líquida	2.633.839	2.518.328

^(a) Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, inclui o montante de R\$ 49.058 e R\$ 41.670, respectivamente, referente à Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB, com vigência indeterminada,

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



conforme estabelece a Lei 12.546/11, artigo 8º, Anexo I e suas respectivas alterações. O montante de 2016 foi reclassificado para melhor comparabilidade – Nota Explicativa 2.4

24 Custos e Despesas por Natureza

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Custo dos Serviços Prestados		
Pessoal	(1.435.212)	(1.304.447)
Materiais	(55.526)	(48.901)
Energia Elétrica de Tração	(186.405)	(211.494)
Gastos Gerais	(257.402)	(260.331)
Depreciação e Amortização	(299.083)	(273.841)
	<u>(2.233.628)</u>	<u>(2.099.014)</u>
Despesas Gerais e Administrativas		
Pessoal	(456.966)	(440.659)
Materiais	(1.488)	(1.796)
Gastos Gerais ^(a)	(251.297)	(216.808)
Depreciação e Amortização	(15.649)	(13.467)
Despesas com Arrecadação	(60.775)	(58.907)
	<u>(786.175)</u>	<u>(731.637)</u>
Outras Receitas (despesas) operacionais		
Multas Contratuais	24.649	38.913
Resultado na Alienação de Investimentos	16.110	6
Crédito - ISSQN-NF	3.778	77
Créditos Convênio CBTU	3.874	3.874
Receitas com a prestação de outros serviços	6.568	14.527
Amortização do ativo intangível	(4.962)	(3.710)
Outras despesas operacionais, líquidas	(7.604)	(1.675)
	<u>42.413</u>	<u>52.012</u>
	<u>(2.977.390)</u>	<u>(2.778.639)</u>

^(a) Inclui despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa, seguros, materiais de uso e consumo, viagem, estadia, feiras e eventos.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



25 Resultado Financeiro, Líquido

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas Financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	35.023	54.996
Juros ativos	3.337	5.038
Descontos obtidos	8.616	7.355
	46.976	67.389
Despesas Financeiras		
Despesas de juros	(2.248)	(199)
Despesas com juros atuariais	(27.814)	(14.853)
Outras despesas financeiras	(853)	(699)
	(30.916)	(15.751)
Variações Monetárias e Cambiais		
Variações Monetárias Líquidas	872	4.489
Variações Cambiais Líquidas	(2)	(5.539)
	870	(1.051)
Total de receitas financeiras	47.848	71.878
Total de despesas financeiras	(30.918)	(21.290)
Resultado financeiro líquido	16.930	50.588

26 Cobertura de Seguros

O Metrô mantém apólices de seguros contratados junto às principais seguradoras do país definidas por licitação que levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía cobertura de seguros para cobrir possíveis riscos de perda material por incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, usuários e construções, por valores considerados suficientes pela Administração.

O limite máximo de indenização para os ativos materiais é de R\$ 179.724, para responsabilidade civil de Administradores e Diretores (D&O), a importância segurada é de R\$ 30.000 e para responsabilidade civil e seguros gerais e riscos diversos a importância segurada é de R\$ 127.700.

27 Eventos Subsequentes

Concessão das Linhas 5 – Lilás e Linha 17 – Ouro do Metrô

Em 19 de janeiro de 2018, o Governo do Estado de São Paulo por meio da STM realizou leilão referente a licitação que concedeu as operações comerciais das linhas 5 – Lilás e 17 – Ouro pelo período de 20 anos ao setor privado.

O consórcio Via Mobilidade (formado pelo Grupo CCR e Ruasinvest) venceu com lance no montante de R\$ 553 milhões. A transição esta prevista para o segundo semestre de 2018.

Majoração da tarifa do Metrô

Em 03 de janeiro de 2018, a STM através da Resolução nº 01/18 reajustou, a partir de 07 de janeiro de 2018, a tarifa básica do Sistema Metroferroviário de R\$ 3,80 para R\$ 4,00, um aumento de 5,26%. Esse reajuste também impacta em toda a estrutura de tarifas aplicadas pela Companhia: Bilhetes Exclusivos, Integrados e Temporais.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Acionistas, os membros do Conselho Fiscal da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, em reunião realizada em 14 de março de 2018, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, Maciel Auditores S/S, sem ressalvas, tendo encontrado tais documentos em conformidade com as prescrições legais aplicáveis, opinam favoravelmente à sua aprovação pelos acionistas reunidos em Assembléia Geral.

São Paulo, 14 de março de 2018.

Amauri Gavião Almeida Marques da Silva

Arlinton Nakazawa

Maria Cristina Frei

Roberto Kazushi Tamura

Rubens Peruzin

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Parecer e Declarações dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaro, na qualidade de Diretor Presidente da Companhia do Metropolitano de São Paulo- Metrô, sociedade anônima de economia mista com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Augusta, nº 1626, CEP 01304-902, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.070.362/0001-06, que juntamente com os demais membros da Diretoria da Companhia revii, discuti e concordei com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 8 de março de 2018.

Paulo Menezes Figueiredo
Diretor-Presidente

José Carlos Baptista do Nascimento
Diretor de Finanças

Alberto Epifani
Diretor de Planejamento e Expansão dos Transportes Metropolitanos

Alfredo Falchi Neto
Diretor de Assuntos Corporativos

Milton Gioia Júnior
Diretor de Operações

Paulo Sérgio Amalfi Meca
Diretor de Engenharia e Construções

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Parecer e Declarações dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaro, na qualidade de Diretor Presidente da Companhia do Metropolitano de São Paulo- Metrô, sociedade anônima de economia mista com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Augusta, nº 1626, CEP 01304-902, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.070.362/0001-06, que juntamente com os demais membros da Diretoria da Companhia revii, discuti e concordei com a opinião expressada no parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 8 de março de 2018.

Paulo Menezes Figueiredo
Diretor-Presidente

José Carlos Baptista do Nascimento
Diretor de Finanças

Alberto Epifani
Diretor de Planejamento e Expansão dos Transportes Metropolitanos

Alfredo Falchi Neto
Diretor de Assuntos Corporativos

Milton Gioia Júnior
Diretor de Operações

Paulo Sérgio Amalfi Meca
Diretor de Engenharia e Construções

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Conselho de Administração

Presidente

Clodoaldo Pelissioni

Membros:

Alberto Goldman

Almino Monteiro Álvares Affonso

Ana Regina Rivas Vega

Marcos Antônio de Albuquerque

Paulo Menezes Figueiredo

Ruy Martins Altenfelder Silva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À DIRETORIA E ACIONISTAS DA COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações

contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Impairment do ativo imobilizado

Nota explicativa 11.3 – “Avaliação de recuperação dos ativos imobilizados – *impairment test*”

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Em 31 de dezembro de 2017, os ativos classificados no grupo do imobilizado somavam o montante de R\$ 32.078.214 mil. Potenciais perdas por redução do valor recuperável (*impairment*) de bens do ativo imobilizado são determinadas com base em estimativas do valor em uso desses ativos. O cálculo do valor em uso requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas, tais como: (i) estimativa da precificação das licitações, cujo os valores de precificação tendem a ser maiores que os efetivamente contratados; (ii) estimativa de preços para cada grupo do Imobilizado Operacional, o qual foi identificado o último contrato formalizado pela Companhia do Metrô ou a última avaliação estimada, no caso das desapropriações; (iii) atualização dos contratos quando necessário, para a data base de 31/12/2017 pelo índice FIPE – IPC – Índice de Preços ao Consumidor do Município de São Paulo.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram, entre outros, o entendimento dos principais controles relacionados aos processos de *impairment* e testes da efetividade dos controles considerados chave nesses processos. Quanto aos testes de detalhes em operações ou transações, nossa abordagem considerou os seguintes principais procedimentos: (i) Observação dos últimos contratos considerados como base para atualização monetária do ativo; (ii) Verificação do índice FIPE – IPC acumulado da data do contrato até a data do encerramento do exercício.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para determinação da perda por *impairment*, bem como as divulgações em notas explicativas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

Cartel do Setor Metroferroviário

Nota explicativa 11.4 – “Denúncias envolvendo o Metrô e a aquisição de ativos”

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Em 2013, A Procuradoria Geral do Estado, o Ministério Público Estadual – MPE, o Metrô e a CPTM propuseram ação judicial contra seis empresas em busca de indenizações decorrentes da prática de cartel na aquisição de trens e sistemas, baseados no acordo de leniência feito pela empresa Siemens junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

O acordo mencionava uma atuação das empresas do setor no mundo, para coordenadamente burlarem a competitividade de mercado, entre 1.998 e 2009, e dentre os atingidos foram citados os contratos de aquisição de trens da CPTM para a Linha 5 e um contrato do Metrô para fornecimento de sistema para a Linha 2.

A referida ação está em fase inicial, aguardando as citações de todas as empresas demandadas para apresentação de respostas.

O caso supracitado ainda não foi encerrado ou teve o seu trânsito em julgado verificado. A Companhia não realizou reconhecimento contábil de eventuais perdas ao seu patrimônio em 31 de dezembro de 2017, em decorrências destes fatos.

A Companhia do Metrô reafirma, por fim, que está sendo oficialmente reconhecida no processo como vítima.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Obtivemos nosso entendimento com os responsáveis pela administração com objetivo de identificar e responder aos principais riscos relacionados ao processo de licitação de fornecedores de bens e serviços, a luz das mudanças introduzidas pela administração nos seus processos e controles para dar resposta a fraude identificada.

Tomamos ciência das principais ações investigatórias da Companhia conduzidas pelas Comissões Internas de Apuração. Discutimos as investigações com a Administração e avaliamos se as divulgações nas notas explicativas apresentam com razoabilidade os fatos ocorridos.

Consideramos que as divulgações em notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas.

Operação Lava Jato

Nota explicativa 11.4 – “Denúncias envolvendo o Metrô e a aquisição de ativos”

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Em 2017, o CADE instaurou processo administrativo para apurar a formação de cartel por empreiteiras que atuaram em licitações públicas, incluindo obras de metrô em sete Estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul) e no Distrito Federal. A apuração tramita perante a Superintendência geral da autarquia e se vale de informações obtidas por meio de acordo de leniência firmado junto àquele Conselho pela construtora Camargo Corrêa e pelo Ministério Público Federal – MPF, objeto de desdobramentos da 23ª fase da Operação Lava Jato.

O suposto esquema envolvia diversas empreiteiras, das quais cinco mais relevantes e com autorização para operar o equipamento “Shield”, comumente conhecido como “Tatuzão”, utilizado para projetos de construção de túneis metroviários, entre 1998 e 2014. Tais empresas teriam se organizado para se sagrarem vencedoras de certames licitatórios, evitando descontos nas licitações e burlando a competitividade, com suposto envolvimento de agentes públicos. Compõem as investigações as obras da Linhas 2 – Verde e 5- Lilás do Metrô.

Há uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público Estadual, em 2011, que pretende recuperar valores na ordem de R\$ 327 milhões para a Companhia do Metrô.

O caso supracitado ainda não foi encerrado ou teve o seu trânsito em julgado verificado. A Companhia não realizou reconhecimento contábil de eventuais perdas ao seu patrimônio em 31 de dezembro de 2017, em decorrências destes fatos.

A Companhia do Metrô reafirma, por fim, que está sendo oficialmente reconhecida no processo como vítima.

O acordo de leniência da Camargo Corrêa e seus reflexos na Companhia foram considerados como um dos principais assuntos de auditoria em função dos efeitos potenciais e limitações inerentes que são particularmente significativas em casos como este, bem como a necessidade de acompanhamento de informações relacionadas às investigações em andamento conduzidas pelas autoridades a fim de confirmar a razoabilidade dos efeitos a serem considerados nas demonstrações contábeis.

Até o momento a Companhia não foi notificada sobre eventuais montantes a receber, oriundos de indenizações sobre sobrepreços praticados contra a mesma, bem como não houve proferimento final de sentença judicial sobre tais eventos. Desta forma a Companhia não realizou reconhecimento contábil de eventuais perdas ao seu patrimônio em 31 de dezembro de 2017, em decorrências destes fatos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Obtivemos nosso entendimento com os responsáveis pela administração com objetivo de identificar e responder aos principais riscos relacionados ao processo de licitação de fornecedores de bens e serviços.

Tomamos ciência das principais ações investigatórias da Companhia conduzidas pelas Comissões Internas de Apuração. Discutimos as investigações com o responsável da Auditoria Interna, os assessores jurídicos da Companhia e avaliamos se as divulgações nas notas explicativas apresentam com razoabilidade os fatos ocorridos.

Consideramos que as divulgações em notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

Demonstração do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 9 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas Demonstrações do Valor Adicionado estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação as demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Relatório da Administração

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Balanco Social

Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de formarmos uma opinião sobre as demonstrações contábeis acima referidas, tomadas em conjunto. As informações contábeis contidas no balanço social referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, representam informações complementares a essas demonstrações, não sendo requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e estão sendo apresentadas para possibilitar uma análise adicional. Essas informações complementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria aplicados às demonstrações contábeis e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os Administradores da Companhia a respeito da auditoria e das constatações efetuadas, dentre outros aspectos do alcance planejado, inclusive acerca de eventuais inadequações que possam existir nos controles internos.

São Paulo, 02 de março de 2018

MACIEL AUDITORES S/S
CRC RS – 005460/0-0
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
CRC RS – 71.505/O-3
Responsável Técnico